

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-35-1 DOI 10.22533/at.ed.991192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO A SER SUPERADO	
Erotilde Mendes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9911923121	
CAPÍTULO 2	15
CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	
Catarina Janira Padilha Leila Soares de Souza Perussolo	
DOI 10.22533/at.ed.9911923122	
CAPÍTULO 3	28
A NECESSIDADE DO ESTUDO DO EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO	
Jordana Franke Guerreiro Diogo Daniel Marques Drum Malu Napp dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9911923123	
CAPÍTULO 4	41
CONTRIBUIÇÕES DO USO DA METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM <i>CHALLENGE BASED LEARNING</i> NO CURSO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	
Bruno Silva Costa Queila Pahim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9911923124	
CAPÍTULO 5	54
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIA RÁDIO E REDES SOCIAIS COMO FOMENTADORA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	
Jéssica Alves da Motta Danielle Rosa Nascimento Ana Júlia Teixeira Senna Sarmento Barata	
DOI 10.22533/at.ed.9911923125	
CAPÍTULO 6	62
O USO DA PESQUISA-AÇÃO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INCUBADAS EM UMA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DO SUL DO BRASIL	
Émerson Oliveira Rizzatti Roseclair Lacerda Barroso Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão	
DOI 10.22533/at.ed.9911923126	

CAPÍTULO 7	83
SISTEMA TUTOR INTELIGENTE PARA AUXILIAR CRIANÇAS EM PROBLEMAS COM OPERAÇÕES ARITMÉTICAS DE ADIÇÃO	
Danilo Rodrigo Cavalcante Bandeira Diego Silveira Costa do Nascimento Anne Magaly de Paula Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.9911923127	
CAPÍTULO 8	94
UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	
Gislaine Dias Ana Cláudia de Oliveira Ré	
DOI 10.22533/at.ed.9911923128	
CAPÍTULO 9	105
ESTUDO ESTÉTICO SOBRE O CÔMICO E A IDEIA DO VAZIO	
Claryssa Suemi Oyama	
DOI 10.22533/at.ed.9911923129	
CAPÍTULO 10	117
BASE DE DADOS ELABORADA NUMA PLATAFORMA S.I.G. E DIRECIONADA PARA APLICAÇÕES EM “SMART CAMPUS”	
Fernando Rodrigues Lima Marcos Vinícius Silva Maia Santos Maria Lívia Real de Almeida Raphael Corrêa de Souza Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.99119231210	
CAPÍTULO 11	133
CONTRIBUIÇÕES DO BISPO JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) AO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	
Rosalina Lima Izepão	
DOI 10.22533/at.ed.99119231211	
CAPÍTULO 12	146
CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU: LUGAR DE PERTENCIMENTO DO POVO ARACAJUANO	
Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Aline Andrade Santos Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231212	
CAPÍTULO 13	158
ESPAÇO TURÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PENEDO-AL: BERÇO DA CULTURA ALAGOANA	
Aline Andrade Santos Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231213	

CAPÍTULO 14	171
MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS: ATORES E FATORES INFLUENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DA BELÉM AMAZÔNICA	
Vânia Lúcia Quadros Nascimento Felipe da Silva Gonçalves Helena Doris de Almeida Barbosa Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.99119231214	
CAPÍTULO 15	184
O LAZER E O TURISMO DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA NA CASA RONALD MCDONALD – BELÉM/PA	
Helena Doris de Almeida Barbosa Vinícius Silva Caldas Maria do Socorro Maciel Castro Daiany Clay Flexa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.99119231215	
CAPÍTULO 16	196
PLANEJAMENTO MUNICIPAL E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA)	
Evelyn Cristina Castro Barros Vânia Lúcia Quadros Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.99119231216	
CAPÍTULO 17	209
CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS	
Izaura Rodrigues Nascimento José Vicente de Souza Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.99119231217	
CAPÍTULO 18	222
EMPREENDEDORISMO, INDÚSTRIA CRIATIVA E ECONOMIA CRIATIVA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL	
Audemir Leuzinger de Queiroz Celia Lima Paradela	
DOI 10.22533/at.ed.99119231218	
CAPÍTULO 19	237
ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO EM INCUBADORAS INSTALADAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Émerson Oliveira Rizzatti Vitor Rodrigues Almada Émerson Oliveira Rizzatti Thiago Eliandro de Oliveira Gomes Daniel Gomes Mesquita Debora Nayar Hoff	
DOI 10.22533/at.ed.99119231219	

CAPÍTULO 20	247
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS DO EMPREENDEDOR	
<p>Thiago Eliandro de Oliveira Gomes Emerson Oliveira Rizzatti Vitor Rodrigues Almada Darlen de Oliveira Almirão</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231220	
CAPÍTULO 21	259
PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO	
<p>Carlos Henrique Lucena</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231221	
CAPÍTULO 22	271
TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL	
<p>Leonardo Oliveira Muniz da Silva Giovani Manso Ávila</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231222	
CAPÍTULO 23	284
VIABILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA REACTIVACIÓN DEL SERVICIO FERROVIARIO ROSARIO-CAÑADA DE GÓMEZ (ARG)	
<p>Leonel Raúl Swistoniuk</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231223	
CAPÍTULO 24	296
A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS MUDIÁTICOS LAVA JATO AND MEDIA SCANDALS	
<p>Rafael D'Oliveira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231224	
CAPÍTULO 25	314
IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO	
<p>Maxwell Marques Mesquita Guilherme José Sette Júnior Lilian Barbosa Vieira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231225	
CAPÍTULO 26	325
O LO-FI E A PRODUÇÃO DE SIGNOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE	
<p>Lucas Peluffo dos Santos Portilho César André Luiz Beras</p>	
DOI 10.22533/at.ed.99119231226	

CAPÍTULO 27	333
O SACRIFÍCIO E A PERDA COMO FATORES RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JOGOS DIGITAIS: UM OUTRO OLHAR À JORNADA DO HERÓI	
Júlio César da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231227	
CAPÍTULO 28	346
MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: PARA UMA COMPREENSÃO ALÉM DOS ELEMENTOS EXPLÍCITOS DO TEXTO	
Ellen Valotta Elias Borges	
Mariana Rodrigues Gomes de Mello	
Lucilene Cordeiro da Silva Messias	
DOI 10.22533/at.ed.99119231228	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	360
ÍNDICE REMISSIVO	361

PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO

Data de aceite: 19/11/2019

Carlos Henrique Lucena

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP) - FEA – Administração
São Paulo – SP

RESUMO: Neste trabalho desenvolveu-se um procedimento de pesquisa do tipo exploratória, descritiva e comparativa, com abordagem principalmente qualitativa. A metodologia utilizada se insere na modalidade de Levantamento Correlacional com o objetivo de identificar as estruturas dos Parques Tecnológicos do Brasil e seus pontos críticos de sucesso, modelos de gestão e governança, quais os fatores decisivos para a implementação desse tipo de empreendimento aqui no Brasil e quais os principais cases de sucesso de todo o território nacional. Com o objetivo maior de servir como aparato de estudo e benchmarking para novas implementações como as abordadas neste projeto. As principais análises partiram da pesquisa documental e empiricamente das informações disponíveis em sites, pesquisas bibliográficas e artigos. A partir desses estudos foi possível identificar os principais determinantes para uma matriz tecnológica eficiente, por meio de um Sistema Nacional de Inovação e seus principais agentes

que são Governo, Universidades e Empresas. Mediante os fatos foi possível levantar hipóteses para que esse Sistema no Brasil ainda seja tão imaturo, sendo tido como a categoria mais baixa (terceira) segundo a classificação de Albuquerque (1996). Também foram expostos os esforços para que esse cenário brasileiro se transforme, sendo tido como uma das opções mais interessantes os Parques Tecnológicos, principal escopo desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Tecnológicos, Inovação, Brasil, Sistema Nacional de Inovação, São Paulo.

TECHNOLOGICAL PARKS: INNOVATION ENVIRONMENTS

ABSTRACT: In this work an exploratory, descriptive and comparative research procedure was developed, with a mainly qualitative approach. The methodology used is part of the Correlational Survey modality in order to identify the structures of Brazil's Technology Parks and their critical success points, management and governance models, which are the decisive factors for the implementation of this type of enterprise here in Brazil and which are the main success stories of the entire national territory. With the major objective of serving as a study and benchmarking apparatus for new implementations such as those addressed in

this project. The main analyzes came from documentary research and empirically from the information available on websites, bibliographic searches and articles. From these studies it was possible to identify the main determinants for an efficient technological matrix, through a National Innovation System and its main agents that are Government, Universities and Companies. Based on the facts it was possible to raise hypotheses that this system in Brazil is still so immature, being considered as the lowest category (third) according to Albuquerque's classification (1996). Efforts to transform this Brazilian scenario were also exposed, being considered as one of the most interesting options the Technology Parks, the main scope of this study.

KEYWORDS: Technology Parks, Innovation, Brazil, National Innovation System, Sao Paulo.

INTRODUÇÃO

A etimologia da expressão Parque Tecnológico vem da junção de dois símbolos da modernidade: Cultura e ciência, ou seja, Polo/cidade e Técnica. Dessa forma, fica-se subentendido uma localidade que possui o domínio da técnica e da produção de conhecimento. Muitos autores já discorreram sobre o tema, apesar de sua recente aparição no Brasil. Um deles, SPOLIDORO, disse que “um Parque Tecnológico é uma iniciativa com base numa área física, com um conjunto de prédios, destinada a receber empresas inovadoras ou intensivas em conhecimentos e de promover sua interação com instituições de ensino e pesquisa.”

STEINER, CASSIM & ROBAZZI discorram que os parques são “empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover pesquisa e inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas, bem como dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento, implantadas na forma de projetos urbanos e imobiliários que delimitam áreas específicas para localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio”.

Em resumo os parques tecnológicos são aglomerados geográficos de empreendimentos que objetivam promover pesquisas e inovação no ramo tecnológico por meio de parcerias entre universidades, Governo, empresas e instituições próprias de pesquisa como laboratórios.

Dessa forma possuem o mesmo objetivo geral baseado nessa premissa que é: Gerar inovação tecnológica para promover competitividade e com isso desenvolver socioeconomicamente a região/cidade na qual está inserido por meio da gestão do conhecimento e das parcerias com o setor público e privado.

Esse objetivo geral que guia a existência dos parques se divide em outros mais específicos que são norteados pelas diferentes motivações, expectativas e interesses dos agentes institucionais desse local. (VEDOVELLO, JUDICE E MACULAN).

Dentre esses objetivos surgem ainda a geração de emprego, a criação e fortalecimento de empresas, a de agente de difusão da cultura empreendedora e de informações que promovam o descobrimento científico e a inovação. Além disso, por muitos parques terem empresas associadas no seu entorno dificilmente há uma pesquisa pura sem aparato comercial, quase todas são voltadas para a criação de produtos vendáveis como forma de retribuição para os associados e para a própria Sociedade.

Ao partilharem do mesmo ambiente e trabalharem de forma conjunta, as partes ganham em termos de produtividade e o ambiente em que estão situados também recebe contribuições dos mais diversos tipos como no campo financeiro com geração de ideias, produtos, empregos e no campo Social com atração de investimentos e promoção de melhorias para a região, por isso o grande incentivo de políticas públicas para esse tipo de estrutura.

De acordo com levantamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), dos 80 parques tecnológicos analisados em todo o Brasil em 2013, o Estado de São Paulo respondeu por 25%, com 28 iniciativas voltadas à implantação desses empreendimentos, porém apenas 6 deles em operação. (INVESTE SÃO PAULO, 2017).

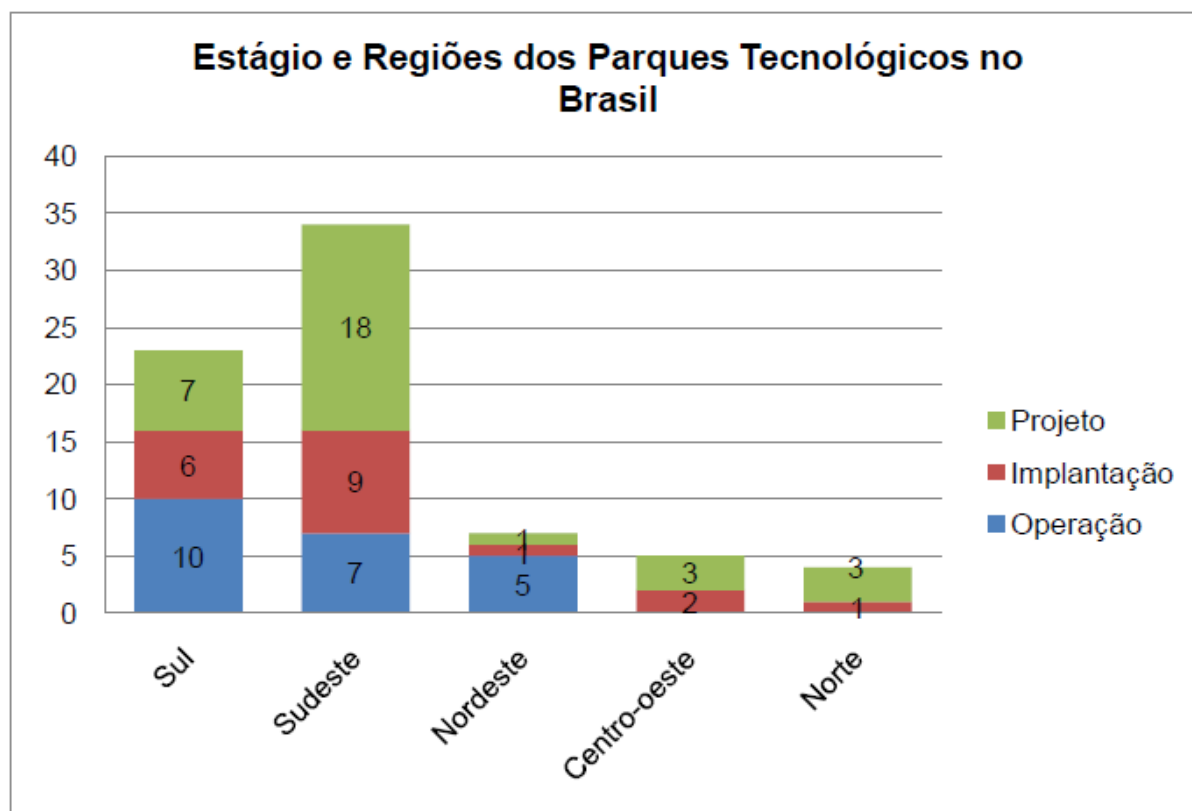


Gráfico 1: Estágio e Regiões dos Parque Tecnológicos no Brasil.

Fonte: Portfólio de Parques Tecnológicos no Brasil elaborado por ANPROTEC, 2008.

Logo nota-se a dimensão e impacto que um importante parque tecnológico

pode ter em sua região de atividade. Por meio da geração de riqueza econômica e intelectual os parques promovem a saudável competição entre as empresas. Com a finalidade de desenvolver novas tecnologias e novos produtos alinhados com o que o mercado atual exige. Agindo conjuntamente entre empresas que têm um problema, interesse e pessoas, laboratórios que estão dispostos a buscar alternativas e soluções para isso, e ainda com o catalizador do Estado auxiliando em uma produção de qualidade, direcionada e incentivada.

A parceria que se faz possível por meio do parque tecnológico entre governo, setor privado e as universidades (tríplice hélice) promove uma interação tão facilitada e alinhada que permite a pesquisa científica juntamente com a inovação tecnológica terem sua produção catalisada de forma a elevados níveis de produtividade e assertividade na geração de conhecimento e de novos produtos.

Sendo assim, essa parceria e boa interação desses três agentes se faz de ponto crítico de sucesso ou fracasso de uma organização como o parque tecnológico. Para BALCONI E PASSANNANTI esse é um dos três principais pontos fundamentais para determinar o grau de relevância de uma organização desse tipo. Os outros dois são o desenvolvimento imobiliário e o programa organizativo modelo de governança – escopo desse estudo.

SURGIMENTO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

A ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) apoiada pelos Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia, lançaram um documento intitulado “Parques Tecnológicos no Brasil - Estudo, Análise e Proposições” e lá foram feitos os primeiros questionamentos na busca por entender como esse fenômeno começou.

Após as análises, se conclui que esse processo se configurou em três gerações, bem definidas em aspectos cronológicos e geolocalização, além de ocorrerem também em conjuntos específicos de países.

A primeira geração foram os parques pioneiros que surgiram de forma espontânea e muito influenciados já por uma cultura empreendedora em seu país, com recursos humanos e financeiros de altíssima qualidade, suprimindo as necessidades que surgiam. O exemplo famoso dessa manifestação é a Stanford research Park – no vale do silício.

A segunda geração ficou conhecida como parques seguidores, justamente por pegaram a ‘onda’ dos parques pioneiros e seguirem o embalo deles, sem muito sucesso, porém. Devido a terem surgido de forma planejada, estruturada e formal, perdiam agilidade na tentativa de copiar os parques pioneiros e acabaram tendo

resultados mais modestos que os primeiros. São exemplo dessa geração os parques tecnológicos europeus.

A terceira e última geração foram os que ficaram conhecidos como estruturantes, justamente pelo fato de agregarem fatores de sucesso da primeira geração com os aprendizados da segunda geração. Em sua maioria, surgiram associados ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos países emergentes, já focados numa economia internacional e globalizada. Catalisados por facilidade de acesso ao conhecimento, ao conceito de escalabilidade de serviços, produtos e tecnologias e a diversificação como fato gerador de vantagem competitiva.

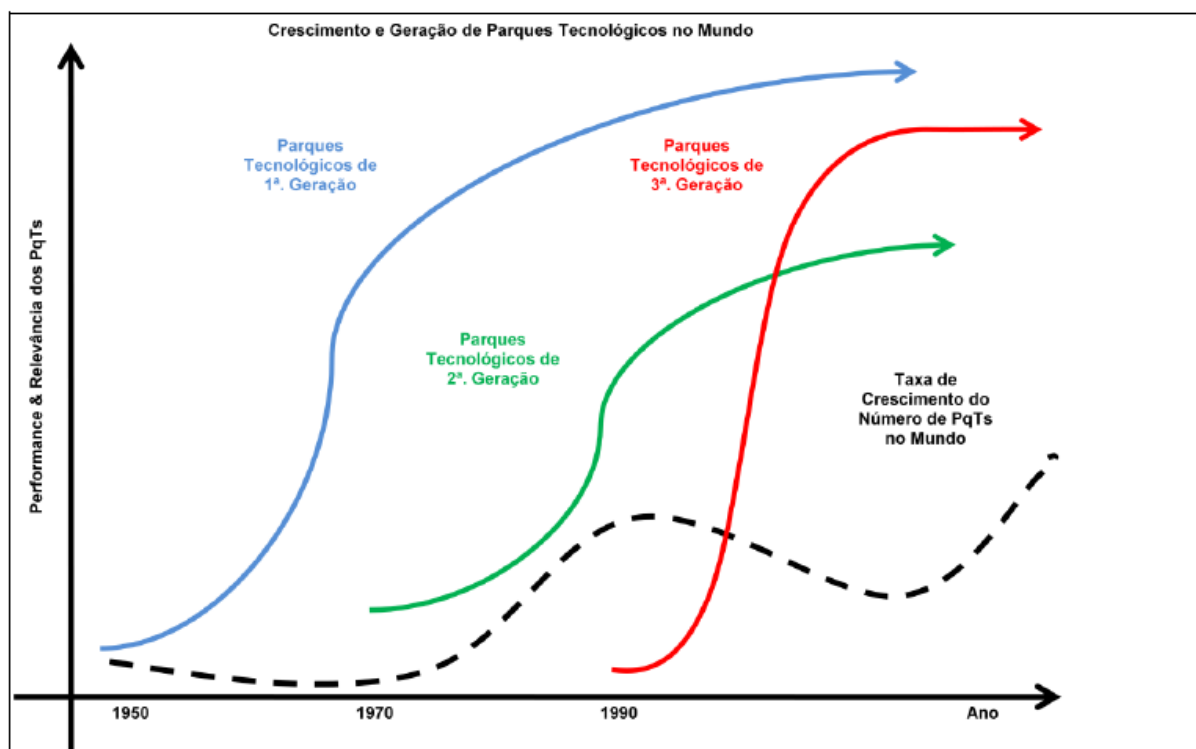


Gráfico 2: Crescimento e Geração de Parques Tecnológicos no Mundo.

Fonte: ANPROTEC & ABDI, 2008. Parques Tecnológicos no Brasil – Estudo, Análises e Proposições.

DEFININDO O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO (SNI)

Partindo do preceito de que os países têm como principal desafio o desenvolvimento, notamos que aqueles que ainda não são considerados desenvolvidos nos parâmetros estabelecidos buscam atingir tal objetivo e os que já são, enfrentam a dificuldade de continuar esse desenvolvimento com índices positivos. O caminho que parece mais sensato para atingir tais metas baseado em históricos é a Inovação. Dessa forma, vamos analisar mais especificamente a Inovação no Brasil, nosso principal escopo durante essa pesquisa, visando entender o que deu certo e o que não deu nessa incessante busca por novidades e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do país.

Ao princípio de tudo, a Inovação não é um evento espontâneo e ao acaso, é

necessário o estabelecimento de um Sistema Nacional de Inovação - SNI que se efetuado de maneira correta, articulando de maneira efetiva as instituições públicas e privadas produz novas tecnologias, por meio das interações e da inovação. O consenso durante as pesquisas sobre o Brasil e o SNI é que o país não cumpre de maneira efetiva os preceitos necessários para um sistema maduro, sobretudo quando colocado em comparação com outros países considerados desenvolvidos.

Muitos são os estudos sobre o que define um Sistema Nacional de Inovação eficiente, tema bastante abordado nos anos 90. Um dos primeiros a definir foi Lundvall (1992) que notou que esse sistema é fortemente influenciado por fatores econômicos, políticos e culturais que determinam o sucesso das atividades de inovação.

Outro pesquisador que discorreu sobre o assunto foi Freeman (1995) que definiu o SNI como um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas.

Já durante o século XXI, as pesquisas continuaram, principalmente com Edquist (2001) que definiu o SNI como um composto formado por todas as entidades econômicas, organizações sociais e políticas. Dessa forma nota-se quase que um consenso entre todos os estudiosos sobre o tema, a interação entre os diversos agentes é o que produz frutos positivos e assim, inovações, benefícios à sociedade e desenvolvimento ao país.

TEORIA DA HÉLICE TRIPLA

Os três principais agentes notados nas definições dos pesquisadores citados são o Estado, as Universidades e as Empresas. O primeiro com função de fomentar políticas públicas voltadas a tecnologia e inovação, o segundo como local de criação e difusão do conhecimento por meio de pesquisas e o último por meio da transformação da pesquisa em desenvolvimento, produto.

Dessa forma, a economia fica baseada em dois parâmetros: Conhecimento e Inovação. Por meio de uma teoria denominada Hélice Tríplice, por Etzkowitz e Leydesdorff (1977) que afirma que o desenvolvimento parte da boa interação entre os três agentes citados, além das ações individuais e efetivas de cada um deles.

Sendo que ao Estado cabe a função particular de criar políticas públicas de fomento à inovação, diminuição das incertezas por meio da manutenção de um ambiente macroeconômico estável, promoção de linhas de financiamento, particular ou público com a finalidade de aumentar a produção e a qualidade científica e investir no sistema educacional do país, base da formação do capital intelectual de uma nação (De Nigri & Kubota, 2008).

As Universidades devem formar o capital intelectual, os recursos humanos, dar os preceitos e ferramentas básicas para que se extraiam frutos e pesquisas capazes

de gerar tecnologia e inovação por meio da produção de conhecimento que será transferido para a iniciativa privada.

As Empresas, por sua vez, encarregam-se de captar e utilizar todo o conhecimento científico e tecnológico produzido no desenvolvimento de produtos e serviços a fim de gerar comercialização e difusão dos conhecimentos criados, promovendo o desenvolvimento local.

Destacando-se a parte do 'desenvolvimento local' pois para um Sistema Nacional de Inovação eficiente, as empresas devem pertencer ao Sistema por meio de Capital e Constituição Nacional, pois empresas subsidiárias de outro SNI não agregam tanto ao desenvolvimento tecnológico do país já que têm parte dos resultados remetidas a outros países.

Logo, uma interação entre esses três agentes onde o Estado cria as bases necessárias para a pesquisa, as Universidades se aproveitam das bases e criam o conhecimento e as tecnologias e as Empresas traduzem esse conhecimento em produtos para a Sociedade é o processo ideal para um Sistema Nacional de Inovação eficiente e o desenvolvimento do país. Assim o parque cumpre sua função de integrador entre mercado e produção científica; por meio das parcerias com as indústrias agregando valor com novos empreendimentos e desenvolvimento econômico.

OS TRÊS NÍVEIS DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Para Albuquerque (1996) um Sistema de Inovação pode ser classificado em três níveis ou categorias, sendo a primeira os países que são lideranças no progresso tecnológico internacional. A segunda são os países que utilizam de forma eficiente e acrescentam novos avanços a tudo aquilo aprendido com os centros mais avançados. O terceiro nível são os países que não conseguiram produzir e nem copiar os avanços tecnológicos, ou seja, são imaturos em relação a inovação.

Seguindo essa classificação o Brasil estaria na terceira categoria, com um contexto adverso e mínimo incentivo ao desenvolvimento de tecnologias e inovações.

A INOVAÇÃO NO BRASIL

Historicamente o Brasil é um país atrasado se comparado com outros países já desenvolvidos, isso devido a sua independência, industrialização e criação de instituições de pesquisa e universidades de forma tardia.

As faculdades, um dos agentes no Sistema de Inovação Nacional, só começaram com a vinda da Corte Portuguesa em 1808. O ministério voltado especificamente para Ciência e Tecnologia só surgiu em 1985, mas enfrentou um cenário de grande

crise econômica e um sistema monetário-financeiro frágil, dessa forma tendo um contexto macroeconômico muito incerto, contrariando a teoria de De Nigri & Kubota, que atribuem ao Estado a função de diminuir incertezas para a produção científica.

A industrialização expressiva começou apenas na segunda metade do século XX. Antes disso a Economia era baseada na agricultura para exportação, porém a Grande Depressão mudou essa composição. A partir dos anos 50, começa o processo conhecido como substituição de importações, por meio da importação de tecnologias com investimento estrangeiro direto e não valorizando a capacitação do setor produtivo interno (Pacheco, 2003). Obviamente que o capital e tecnologia estrangeiro catalisaram a industrialização brasileira, porém não tinham como foco a inovação local.

Mesmo com tantas barreiras, alguns setores obtiveram avanços tecnológicos devido aos incentivos estatais como o setor de petróleo, mineração, telecomunicações e aeronáutica (Pacheco, 2003).

Logo, a tardia industrialização, a demora na criação de instituições de pesquisa, a falta de políticas públicas com incentivo a inovação e a falta de ação conjunta entre o governo, as universidades e as empresas são fatos determinantes para que o Brasil esteja classificado no terceiro nível dos Sistemas de Inovação Nacional, ou seja, tenha um sistema considerado imaturo (Albuquerque e Sicsú, 2000).

De qualquer forma, o país tem se esforçado para mudar esse contexto contrário a inovação. Por exemplo, têm-se políticas públicas o Programa de Capacitação de Recursos Humanos – RHAE que estimula a criação de equipes de pesquisa tecnológica e lança editais até hoje. Também foram criados a FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que são instrumentos financiadores de instituições científicas e tecnológicas.

Além da criação leis como a Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, garante incentivos fiscais que podem ser utilizados de forma automática por pessoas jurídicas que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento e inovação.

Mesmo com tantas barreiras e incentivos a quebra dessas barreiras um ponto crucial deve ser abordado, o estreitamento das relações entre os agentes que compõe o Sistema Nacional de Inovação a fim de promover a criação e o uso de novos conhecimentos. Uma das alternativas para superar essas dificuldades, minimizar as distâncias entre esses agentes e assim aumentar a eficácia do Sistema de Inovação Nacional são os Parques Tecnológicos, tema abordado nesse projeto.

PARQUES TECNOLÓGICOS E SUAS COMPOSIÇÕES

A forma como estão estruturadas a gestão e a forma jurídica dos parques também desempenham importância na capacidade de gerar ambientes propícios

para a inovação. As principais formas jurídicas dos Parques tecnológicos são Fundações, Sociedades de Economia Mista e Organizações Sociais.

Fundações: De acordo com o artigo 62 do Código Civil Brasileiro, “para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (Lei 10.406, 2002). Sendo assim se caracteriza com fundação o local onde há um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim. A vantagem de organizar um Parque Tecnológico sob a forma de fundação é que eles ganham diversas imunidades e isenções no tocante as tributações vigentes.

Sociedades de Economia Mista: É o caso de uma entidade privada onde, porém, o Estado é o maior detentor do capital social e é regulada pela lei das Sociedades Anônimas devendo prestar contas como Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado dos Exercícios e se sujeitar a auditoria externa. A primeira sociedade de economia mista brasileira foi o Banco do Brasil, em 1808, seguido pelo Banco do Estado de São Paulo. O boom desse tipo de organização foi o processo de industrialização brasileira, de 1930 a 1950, onde essa forma jurídica foi a utilizada para incentivar as empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) na busca do desenvolvimento do país.

Organizações Sociais: O título é dado exclusivamente pelo poder público e recebido por uma entidade privada, sem fins lucrativos, como forma de oferecer benefícios para que ela continue realizando seus interesses que devem ser alinhados com o que a comunidade deseja e que por consequência seria o que o Governo deseja. Sendo assim os serviços prestados antes pelo Governo passariam a ser responsabilidade de uma organização privada e incentivada com imunidade fiscal e fomento dirigidos exclusivamente a elas para a realização dos interesses da comunidade.

Sendo assim desprende-se que a forma de gestão implantada em um parque influência de maneira crucial a forma com que ele se desenvolverá e quais objetivos ele terá como orientação na hora de desenvolver suas pesquisas e projetos. Alguns focando no lucro para seus contratantes, outros focalizando desenvolver a comunidade na qual estão inseridos e atender aos interesses governamentais.

Nota-se também o grande incentivo do poder público para a organização de Parques Tecnológicos, o que explica porque em 2013 um quarto das iniciativas de implantação dessas organizações estava sob perspectiva da União, respondendo por 28 projetos. Ainda mais, o governo, segundo Sábato e Botana, está intrinsecamente ligado ao surgimento de um ambiente propício a Inovação.

OS PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL

Os parques no Brasil são tema de estudo e de utilização muito recente, segundo um estudo publicado na revista comemorativa de 20 anos da Anprotec a primeira ação formal para esse tipo de empreendimento aconteceu apenas em 1984, com o programa nacional de parques tecnológicos desenvolvido pelo CNPq. O primeiro parque em si somente em meados dos anos 90, mas ainda de forma bem tímida, incentivado por um cenário de alta instabilidade para as novas empresas, os parques surgiram na tentativa de auxiliar essas organizações, por meio de um auxílio do que mais tarde viriam a ser as incubadoras.

Outros incentivos que propiciaram a importação desses empreendimentos aqui para o território brasileiro foram o interesse dos investimentos internacionais que, baseados nas boas experiências obtidas principalmente na América do Norte e Europa, se voltavam para os países emergentes. Um segundo fator foi a consolidação de algumas universidades brasileiras no cenário nacional, com a formação de capital humano de alta capacitação e o incentivo a pesquisa. Os incentivos do governo também começaram com o objetivo de fomentar setores da economia que tinham potencial para concorrer no mercado internacional, na nova economia globalizada.

Dessa forma tem-se que os parques do Brasil em geral têm um tamanho mediano, mas com grande disponibilidade de terras para serem alugadas ou cedidas para as empresas e universidades que desejam se instalar próximas dali. Alguns findam-se apenas a descoberta científica e a testes por meio de prototipagem, não entregando exatamente o produto acabado, mas alguns modelos a serem desenvolvidos pelas empresas. Outros já possuem em sua malha uma parceria com indústrias que instalam verdadeiras fábricas e maquinários necessários para que o produto em desenvolvimento ali já saía totalmente pronto para o mercado.

CONCLUSÃO

Após os levantamentos, desprende-se que a inovação é um valor buscado e essencial para todas nações que desejam ser consideradas desenvolvidas e, para que se torne mais acessível o alcance desse objetivo, criou-se então o Sistema Nacional de Inovação (SNI) que é um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas, segundo Freeman (1995). Para tanto são necessárias ações que facilitem a interação desses agentes que são o Governo, as Universidades e as Empresas, sendo a principal opção para isso os Parques Tecnológicos.

Os Parques Tecnológicos podem ter três principais formas jurídicas, sendo elas Fundações que são caracterizadas por um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim, com as vantagens de ganhar isenções e imunidades quando organizados

dessa forma. Sociedades de Economia mista que é uma entidade privada em que o Estado é o maior detentor do capital social, como o Banco do Brasil. E, por fim, as Organizações Sociais que são entidades privadas sem fins lucrativos.

Abordando o tema inovação foi estudado a abordagem de diversos pesquisadores do tema como Lundvall, Freeman, Edquist e Albuquerque. Quase que há um consenso sobre o que é um fator determinante para um ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias que é a aproximação entre o Estado por meio do fomento e estabilidade Macroeconômica, das Universidades com a produção de capital intelectual e das Empresas com utilização e transformação das pesquisas em produtos e bens para a sociedade.

O tema no Brasil é visto como ainda novo, pouco desenvolvido por causa da tardia industrialização e falta de um cenário Político-Econômico estável. Mas são notáveis os esforços governamentais para que esse cenário seja revertido, como a Lei do Bem que garante isenções fiscais para pessoas jurídicas que se dediquem a pesquisas no setor de inovação e tecnologia.

Dessa forma, o Brasil ainda está muito atrasado em relação ao seu Sistema Nacional de Inovação, mas com a análise dos Parques Tecnológicos citados notamos o estreitamento da relação dos agentes determinantes para o bom desenvolvimento das pesquisas e criações. Logo, a perspectiva que fica é uma positiva em relação ao desempenho dos Parques que por meio de suas atividades geram valor para si e para todo o entorno no qual estão inseridos com a geração de empregos, novas tecnologias e produtos e ainda garantem o desenvolvimento do país que ainda visa ser uma referência em inovação.

Como desprendimento percebe-se que os fatores mais críticos e convergentes nos parques de sucesso em todo o território nacional são sempre a sua associação a um centro de pesquisa bem sucedido e relevante, a participação efetiva do governo local por meio de fomento com investimentos, programados e contínuos, ou por meio de doação de territórios para implantação das instalações dos parques e a forma de constituição e governança de organização social, se valendo dos benefícios fiscais e revertendo todo o lucro obtido nas parcerias indústria e universidades na continuidade e desenvolvimento de mais estudos e descobertas com a finalidade de gerar conhecimento útil para inovação tecnológica.

Outros fatores quase sempre presentes nos cases de maior sucesso nessas formações são uma proposta clara e objetiva de valor, a busca da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em áreas de necessidade prioritária do país, atuação como indutor da política industrial, a construção de marcas fortes e consolidadas, vinculação a empresas e projetos âncoras, composição de forma atraente ao capital privado, a integração com o mercado fornecendo produtos e inovações, além da geração de emprego e o foco para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC e SEBRAE. Glossário dinâmico de termos na área de tecnópolis, parques tecnológicos e incubadoras e empresas. Brasília: ANPROTEC, 2002.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORA DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – ANPROTEC. Parques tecnológicos no Brasil: estudo análise e proposições. 2008a. disponível em http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/versao_final-pagina-a-pagina_pdf_45.pdf
- AZEVEDO, A.M.M.; FALVO, J.F. Políticas públicas de inovação em redes: o sistema Paulista de Parques Tecnológicos e sua interação com políticas públicas Federais e Municipais. Anais XV Congresso Latino-Ibero-americano de Gestão de Tecnologia – Altec. Porto: 2013.
- CASTELLS, M; HALL, P. Techno poles of the World: the making of 21 Century industrial complexes. London: Routledge, 1994.
- CIRANI, Claudia Brito Silva et al. PARQUES TECNOLÓGICOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE GESTÃO. [S.l.: s.n.], [20--]. 21 p
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre, 2003.
- FIATES, José Eduardo Azevedo et al. PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL: Estudo, Análise e Proposições. Brasil: Consenso Editora Gráfica, [20--]. 24 p.
- FIATES, J. E. A.; PIRES, S.O. (Coord.). Glossário dinâmico de termos na área de tecnópole, parques tecnológicos e incubadoras de empresas. ANPROTEC/SEBRAE, Brasília, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polis de Tecnologia de Campinas entra no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/polis-de-tecnologia-de-campinas-entra-no-sistema-paulista-de-parques-tecnologicos/>>. Acesso em: 12/03/2019
- GUGLIANI, E.; SELIG, P. M.; SANTOS, N. dos. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/inovapucrs/tecnopuc/anprotec-2012-artigo-governanca-analise-contexto.pdf>>. Acesso em 13/03/2019
- INVESTE SÃO PAULO, Agência Paulista de promoção de Investimentos e Competitividade. Disponível em <<http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/inovacao-ciencia-e-tecnologia/parques-tecnologicos/>>. Acesso em 13/03/2019
- MEDEIROS, A. M.; MATTEDI, A. P.; MARCHI, M. M. Polos tecnológicos e núcleos de inovação: lições do caso brasileiro. Revista de Administração da USP – RAUSP, São Paulo 25(4):3-12, outubro/novembro de 1990.
- MEDEIROS, L. A, MARTINS, T.; PERILO, S. Polos, Parques e Incubadoras- A busca da modernização e competitividade: Brasília: CNPq/IBICT/SENAI, 1992
- STEINER, João E.; CASSIM, Marisa Barbar; ROBAZZI, Antônio Carlos. Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação. [20--]. 40 p. Dissertação (Instituto de estudos avançados) - Universidade de São Paulo, São Paulo, [20--].
- VILLELA, T. N.; MAGACHO, L. A. M. Abordagem histórica do Sistema Nacional de Inovação e o papel das Incubadoras de Empresas na interação entre agentes deste sistema. [Sly: s.n.], [20--]. 19 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à informação 346, 347

Alunos 7, 10, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 61, 85, 119, 121, 125, 126, 127, 190, 192, 198

Análise 2, 4, 13, 15, 21, 25, 26, 32, 39, 44, 45, 65, 66, 67, 71, 72, 78, 79, 80, 88, 110, 114, 117, 123, 124, 127, 132, 135, 143, 146, 147, 149, 152, 155, 156, 158, 162, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 195, 199, 200, 208, 216, 218, 219, 220, 221, 227, 230, 237, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 262, 269, 270, 285, 298, 314, 315, 323, 324, 326, 331, 335, 359

Análisis Social y Económico 284

Aprendizado baseado em vizinhança 83

Aprendizado de máquina 83, 84, 92, 93

Apropriação da informação 346, 348, 352, 358

Avaliação de desempenho 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 79, 80, 81, 246

Azeredo coutinho 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

B

Barcarena (PA) 196, 197

Belém 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 208

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 23, 26, 27, 32, 37, 40, 55, 61, 62, 63, 64, 78, 80, 82, 100, 104, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 156, 162, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 181, 182, 183, 188, 189, 195, 197, 199, 200, 201, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 221, 225, 231, 232, 233, 234, 235, 245, 246, 247, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 277, 278, 282, 298, 300, 307, 311, 317, 318, 338, 345

Brasil-colônia 133, 134, 137, 143

C

Características empreendedoras 28, 29, 34, 36, 39, 247, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Casa Ronald McDonald Belém 184, 185

Centro histórico 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 170

Centro histórico de aracaju 146, 152, 156

Cidade i-mobilizada 271

Ciência 3, 10, 41, 45, 46, 52, 54, 73, 80, 83, 135, 147, 148, 165, 170, 176, 195, 224, 235, 251, 260, 261, 262, 265, 278, 309, 318, 331, 346, 350, 353, 358, 359

Comitês de máquinas 83

Comportamento empreendedor 74, 234, 247, 249, 250, 251, 252, 255, 257

Contornamento territorial 271, 272, 273, 276, 279

Crime organizado 314, 316, 317, 318, 323

D

Demanda de pasajeros 284

Desenvolvimento econômico 40, 63, 65, 74, 164, 224, 231, 234, 236, 238, 247, 249, 251, 252, 263, 265, 266

Diagrama de malla 284, 289, 290

Direitos culturais 209, 213, 214, 219

E

Economia criativa 222, 223, 231, 232, 234, 235

Educação ambiental 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 206

Elementos do espaço 146, 148, 158, 160, 162, 168

Empreendedorismo 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 62, 63, 65, 66, 74, 81, 205, 206, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 237, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258

Empreender 28, 29, 31, 35, 36, 39, 40, 98, 227, 228, 234, 235, 248, 250

Empresas incubadas 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 237, 238, 240, 241, 243, 245

Espaço geográfico 146, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 167

Espaço turístico 146, 147, 158, 160, 161, 162, 164, 168, 169

Estación intermodal 284

Estética do ruído 325, 326, 327, 329

Estudos econômicos 133, 135, 137, 138

Extensão 9, 54, 55, 56, 58, 61, 88, 111, 142, 186, 190, 194

F

Família do norte 314, 315, 317, 318, 322, 323

Fatores críticos de sucesso 237, 239, 240, 241, 242, 243, 246

Formação de professores 1, 15

G

Gestão pública 171, 173, 182, 183, 192, 199, 203, 205, 206, 314

I

Incubadora 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 257

Indústria criativa 222, 223, 230, 231, 234

Inovação 11, 14, 30, 65, 68, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 94, 95, 98, 103, 117, 119, 126, 149, 154, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 232, 235, 238, 242, 243, 244, 246, 248, 250, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

Inteligência 77, 84, 92, 93, 95, 102, 112, 115, 118, 122, 131, 314

Interdisciplinaridade 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 51

J

Jogos digitais 333, 334, 338

L

Lazer 152, 169, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 202, 203, 272

Leitura literária 346, 348

Lo-fi 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331

M

Mediação da informação 346, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 358, 359

Mídia 55, 56, 156, 174, 222, 230, 256, 280, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 333, 335, 357

Mídia social 314, 316

Modelo de fluxos múltiplos 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 208

Mototáxi 271, 277, 278, 279, 280, 282

N

Narrativa 153, 282, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344

O

Operação lava jato 296, 297, 298, 299, 301, 307, 308, 309, 311, 313

P

Parques tecnológicos 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 270

Penedo 158, 159, 160, 164, 165, 166, 168, 169, 170

Perda 32, 89, 90, 218, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342, 343, 344

Planejamento 6, 13, 21, 29, 31, 35, 43, 44, 51, 71, 74, 76, 77, 100, 119, 120, 150, 160, 163, 165, 169, 170, 171, 176, 177, 179, 182, 183, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 234, 239, 243, 245, 248, 252, 303

Planejamento municipal 196, 203

Política 1, 4, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 26, 129, 134, 135, 136, 141, 145, 146, 153, 158, 160, 164, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 183, 195, 198, 199, 200, 207, 208, 213, 214, 220, 269, 273, 283, 294, 296, 297, 298, 300, 301, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 317, 342, 351, 359

Política pública de turismo 171, 172, 176, 181, 183, 200, 208

Povos indígenas 26, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221

Produção de signos 325, 326, 327, 329, 331

Produção independente 325

R

Rádio 54, 55, 56, 61, 215, 300, 329, 331, 351

Redes sociais 54, 55, 56, 60, 61, 314, 316, 317, 318, 322, 324, 327, 328, 347

Rio grande do sul 237, 238, 239, 241, 247, 257

S

Sacrifício 143, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344

São paulo 14, 27, 40, 61, 80, 81, 82, 104, 105, 116, 137, 144, 145, 156, 157, 167, 169, 170, 182, 183, 194, 195, 207, 208, 212, 216, 220, 235, 236, 246, 256, 257, 259, 261, 267, 270, 283, 300, 301, 313, 323, 324, 331, 333, 344, 345, 358, 359

Semiótica 333, 334, 336, 345, 358

Sistema ferroviário 284

Sistema nacional de inovação 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Sistemas tutores inteligentes 83, 85

Suicídio 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 12, 14, 64, 119, 120, 122, 127, 170, 177, 195, 205, 206, 207, 208, 229, 244, 257, 310

T

Texto literário 346, 347, 354, 355, 356, 357

Tratamento oncológico 184, 186, 187, 190, 192, 193, 194

Turismo 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 231

Turismo cultural 146, 148, 155, 156, 165, 167, 168, 169, 190

Turismo de saúde 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195

